

ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA NA PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL DA MULHER NEGRA EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

*Ademar Rocha da Silva*¹

*José Marcos Teixeira de Alencar Filho*²

*Carlos Alberto Ferreira Danon*³

*Tainara de Jesus*⁴

*Carolina Oliveira Bomfim*⁵

RESUMO: O estudo aborda a necessidade de promover saúde mental às mulheres negras em contexto de vulnerabilidade social, bem como as possibilidades de atuação em psicologia nesse cenário, considerando o processo histórico experienciado, do período de escravidão à contemporaneidade. A pesquisa objetiva compreender como a assistência psicológica pode auxiliar na promoção à saúde mental da mulher negra em situação de vulnerabilidade social. Os objetivos específicos consistem na identificação dos impactos psicológicos sofridos por essa população, em discorrer a importância de promover saúde mental à mulher negra e discutir como a psicologia se efetiva no contexto da vulnerabilidade da mulher negra frente à sociedade. O método configurou-se como uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa, a partir da busca dos descritores selecionados, em bases de dados on-line entre os anos de 2012 e 2022. A sistematização e o tratamento das informações ocorreram de acordo com a análise de conteúdo proposta por Bardin. Observou-se os fatores que inferiorizam a população negra feminina como sendo os responsáveis pelo seu adoecimento psíquico, além disso, o atravessamento do preconceito e discriminação racial na vida dessa mulher, dificulta seu acesso a serviços de saúde física e mental, contudo, notou-se a existência de políticas voltadas para a saúde da mulher negra. Perante os desafios referentes às poucas produções científicas que tratavam da temática, percebeu-se amplas possibilidades de explorá-lo, visto que trata-se de uma reflexão inesgotável devido as suas diversas nuances que partem da construção de uma identidade pautada na realidade psíquica, econômica e social singular da mulher negra.

Palavras-chave: Mulher Negra, Saúde Mental, Vulnerabilidade Social, Psicologia e Racismo.

ABSTRACT: The present study addresses the need to promote mental health to black women in a context of social vulnerability, as well as the possibilities of acting in psychology in this scenario, taking into account the historical process of these women, from the slavery period to the present. The research aims to understand how psychology can help to promote the mental health of black women in situations of social vulnerability. The specific objectives consist identify the psychological impacts suffered by this population, to discourse the importance of promoting mental health for black women and to discuss how psychology if effective in the context of the vulnerability of black women in society. With that, a literature review was carried out, with a qualitative approach based from the search for selected descriptors, in online databases. The systematization and treatment of information occurred according to the content analysis proposed by Bardin. The factors that make the black female population inferior were observed as responsible for their psychic illness, in addition, the crossing of prejudice and racial discrimination in this woman's life makes her access to physical and mental health services difficult, however, it was noted the existence of policies aimed at the health of black women. Faced with the challenges referents to the few scientific productions that dealt with the theme, ample possibilities were perceived to explore it, since it is an inexhaustible reflection due to its various nuances that start from the construction of an identity based on a psychic lined reality, economic and social singular the black woman.

Keywords: Black Women, Mental Health, Social Vulnerability, Psychology and Racism.

¹Mestrando em Psicologia pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP); Especialista em Gestão em Saúde pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), docente do curso de Psicologia da Faculdade Irecê (FAI).

²Doutor em Biotecnologia pela Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO - UFRPE), Mestre em Recursos Naturais do Semiárido pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

³Doutor em Medicina e Saúde Humana pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP), Mestre em Educação e Contemporaneidade pela universidade do Estado da Bahia (UNEB).

⁴Discente do curso de Psicologia da Faculdade Irecê (FAI).

⁵Discente do curso de Psicologia da Faculdade Irecê (FAI).

1 INTRODUÇÃO

Ao realizar uma análise acerca da trajetória da mulher negra no Brasil, pode-se notar que essa sempre foi vítima de preconceito e racismo, visto que o início de sua jornada no país se deu através da escravidão (ALVES, 2015). Com isso, durante esse período a mulher negra foi reduzida a um objeto, sem identidade ou qualquer possibilidade de ser vista como um ser humano subjetivo, com emoções, desejos e vontades próprias.

Assim, de acordo com Santos (2019), as mulheres negras, deram início a uma luta que perdura até os dias atuais por melhores condições de saúde e direito a uma vida digna na sociedade. Além disso, as mulheres negras também reivindicavam igualdade nos atendimentos dos serviços prestados pelo Estado, uma vez que, historicamente, não há soluções para os seus problemas, pois estes não eram sequer vistos ou debatidos por representantes governamentais, reforçando mais uma vez o quanto esse público está subalternizado e desamparado devido às diversas manifestações de racismo enraizadas na cultura do país.

Desse modo, segundo Silva (2004), o racismo e suas manifestações acarretam prejuízos nocivos para a população negra, pois gera violência física e simbólica. Com isso, os atributos negativos direcionados às pessoas negras, em especial, a mulheres negras resultam no desenvolvimento de estresse crônico, percepção distorcida de si, baixa autoestima, além de reforçar o sentimento de inferioridade que por vezes influencia no aparecimento de quadros depressivos.

Diante disso, o principal objetivo dessa pesquisa foi compreender de que forma a assistência psicológica pode auxiliar na promoção à saúde mental da mulher negra em contexto de vulnerabilidade social, tendo como justificativa a necessidade de fomentar discussões acerca do tema objetivando reunir informações que gerem identificação, representatividade e visibilidade para a saúde mental da população negra feminina.

Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: Identificar os impactos psicológicos sofridos pela mulher negra diante do contexto de vulnerabilidade social; discorrer sobre a importância da promoção à saúde mental da mulher negra e discutir como a psicologia se efetiva no contexto da vulnerabilidade da mulher negra frente à sociedade. Nessa direção, é de extrema importância a discussão do tema em âmbito acadêmico, tendo em vista as possíveis formas de exploração sob o olhar da Psicologia. Além disso, o estudo contribuirá para que a compreensão acerca da realidade vivenciada por mulheres negras em contexto de vulnerabilidade social seja elucidada, afim de que, à medida que essas informações sejam propagadas, cada vez mais mulheres negras sintam-se acolhidas e representadas. Dessa forma, foi realizada uma revisão narrativa de literatura mediante a uma pesquisa de caráter exploratório e abordagem qualitativa, tendo como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica, na qual sua execução foi feita através do método dedutivo, e teve por intento compreender a assistência psicológica na promoção de saúde mental para mulheres negras situadas em contexto de vulnerabilidade social.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO E VULNERABILIDADE SOCIAL DA MULHER NEGRA

Historicamente, no Brasil, o negro sempre esteve imerso num ciclo de discriminação racial e social. Da mesma forma, na época escravocrata, as mulheres negras eram tidas como pessoas desprovidas de vida psicológica, afetiva e intelectual, distinguindo-se da mulher branca. Silva e Souza (2017) apresentam em seu estudo, que a chegada das mulheres negras na sociedade brasileira se deu por meio de sequestros, capturas e um acervo de violências que impossibilitaram a liberdade, tendo por intento a escravização no Brasil.

Em seu catálogo “Para uma história do negro no Brasil”, Brasil (1988) apresenta que a vida do negro, para além da força de trabalho, foi dedicada à obediência e fidelidade, a gerar uma nova identidade, seguir novos ensinamentos e religião, bem como a desenvolver estratégias de sobrevivências perante uma sociedade exploradora e violenta.

Nesse sentido, durante esse período, a mulher escravizada, além do trabalho, deveria oferecer o corpo como ama-de-leite e amante, sendo tida como objeto sexual, de compra e venda (CUSTÓDIO, 2005). Hooks (2020) reforça a importância de analisar o período escravagista como um ponto de partida importante no que tange os impactos da escravidão nos corpos das mulheres negras, uma vez que estas na condição de escravizada, tiveram até mesmo seu útero como um produto a serviço do capital à medida que era forçada à reprodução.

Concomitante a essa questão, de acordo com Ribeiro (2018), após o período de escravidão, as mulheres negras depararam-se com mais uma realidade cruel, visto que não houve criação de nenhum mecanismo de inclusão dessa população na sociedade. Dessa forma, não lhes foi oferecido trabalho digno e assalariado, pois a sociedade branca, em sua maioria, recusava-se a pagar pela mão de obra negra e com o intuito de embranquecer a população brasileira. As oportunidades de trabalho eram oferecidas a imigrantes europeus (MAYORGA, 2017). Com isso, tal contexto influenciou significativamente para que os negros fossem mantidos à margem da sociedade, excluídos e discriminados, uma vez que o preconceito racial crescia e espalhava-se pelo país.

Essa nova realidade da população negra, após o período de escravidão, foi marcada pelas crescentes manifestações de discriminação racial, com isso, em específico, a mulher negra, revestida de passados baseados em sofrimento e inferioridade, era vista como algo incapaz de ter vida afetiva, psicológica e social. Consequentemente, tais aspectos contribuíram para que estas fossem, cada vez mais excluídas, tendo sua singularidade totalmente desrespeitada e desconsiderada pelo ideal branco previamente estabelecido na sociedade (ANDRÉ, 2017).

Nesse sentido, de acordo com Resende (2019), todo esse processo de exclusão ocasionado pelo racismo colocou a mulher negra em um lugar de solidão. Com isso, Hooks (2020) ressalta que essa solidão é evidenciada à medida que muitas mulheres negras sentem

que existem pouco ou nenhum amor em suas vidas, e mesmo diante dessa realidade tão dolorosa, essas mulheres raramente falam sobre isso, o que mais uma vez reforça a invisibilidade dessas demandas.

Além disso, Hooks (2020) apresenta que a desvalorização da mulher negra acontece principalmente através dos estigmas, que esteriotipam essa mulher como “má”, “raivosa”, “infiel”, “destinada apenas para trabalhos domésticos” entre outros. Tal fato corrobora com a ideia de inferioridade e desumanização vinculada à população negra feminina, para esta, o amor, as demonstrações de afeto e respeito não estão disponíveis. Com isso, percebe-se que essas dificuldades podem comprometer a saúde emocional e mental das mulheres negras, minando sua autoestima e reforçando o sentimento de solidão.

No entanto, os sofrimentos psíquicos vivenciados por essas mulheres são constantemente deslegitimados, o que prejudica o desenvolvimento de políticas públicas para a promoção de saúde e enfrentamento. E essa situação em que a mulher negra, enquanto sujeito vulnerável, está inserida, segundo França e Silva (2016) é totalmente fomentada por diversos fatores, como a pobreza, crises econômicas, nível educacional deficiente, baixos níveis de capital social ou cultural, entre outros. Com isso, segundo Oliveira et al. (2009), o racismo que atravessa todas as nuances da vida de uma mulher negra produz discursos que procuram normalizar as diferenças entre os sujeitos, encarregando a responsabilidade pelas desigualdades sofridas.

Desse modo, considerando que o racismo é um mecanismo fundamental de poder utilizado historicamente para separar e dominar classes, raças, povos e etnias, seu desenvolvimento moderno se deu com o genocídio colonizador. Este, segundo Danin (2018), continua sendo ameaça para a população negra, visto que perpassa por diversas esferas na sociedade, estando embutido nas falas e comportamentos da população, como também em órgãos institucionais que contribuem para sua perpetuação.

Nesta perspectiva, as instituições que oferecem serviços para a população negra ainda se encontram imersas em uma cultura racista, principalmente as instituições relacionadas à saúde. Werneck (2016) pontua que dentro das instituições de saúde, o racismo se manifesta através da indisponibilidade e demora do serviço em locais periféricos onde a população é majoritariamente negra, bem como na diferença no tratamento entre pacientes brancas e negras.

Com isso, de acordo com David (2018), percebe-se que o racismo institucional ultrapassa as relações interpessoais e se instala no âmbito organizacional, bem como na implementação de políticas públicas em saúde, o que gera de maneira ampla as iniquidades sociais. Tais iniquidades consistem na falta de acesso às condições mínimas de uma vida digna, o que torna esse contexto iníquo e injustificável mediante a qualquer aspecto, visto que desumaniza quem está inserido nessa realidade.

Diante desse cenário, Fiorati (2016) aponta que o Sistema Único de Saúde (SUS), através de políticas públicas, possui responsabilidade e centralidade na redução dessas iniquidades pautando-se na equidade racial com intuito de garantir os direitos da população que sofre com as repercussões do racismo instaurado nas instituições.

2.2 SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA

Como citado anteriormente, é notório o quanto o racismo repercute de forma adoecedora para a população negra, uma vez que se encontra embutido na cultura da sociedade e se manifesta cotidianamente (DANIM, 2018). Nesse sentido, é importante ressaltar que o racismo e suas manifestações acarretam prejuízos nocivos à saúde mental dessa população, uma vez que se utiliza do ódio para diminuir, marginalizar e atacar pessoas pretas por serem como são.

Em relação a isso, faz-se necessário compreender o que se entende por saúde mental, de acordo com Silva (2004), a saúde mental consiste em uma tensão entre os comportamentos, práticas de saúde, atitudes de adaptação, aspectos biológicos e os fatores como educação, condições de trabalho, o entorno social e físico, rede de apoio social, gênero, raça/etnia, cultura, entre outros. Estes influenciam no estado de equilíbrio psíquico das pessoas.

Assim, ao compreender os indicadores de saúde mental é possível observar que no Brasil, a população negra e pobre, maioria no país, sobrevive em condições precárias, o que resulta em uma gigante falta de perspectiva para o futuro, e esse contexto afeta diretamente o estado de equilíbrio mental e emocional dessa população (MIRANDA, 2006).

Como citado anteriormente, de acordo com Weschenfelder (2019), as manifestações do racismo estão embutidas no dia a dia das pessoas, isso inclui o racismo institucionalizado que é o ponto crucial para que haja diferença no acesso aos equipamentos sociais, provocando desigualdades na forma como esses indivíduos são inseridos, o que gera impactos para a dinâmica psicológica desses sujeitos.

Com isso, os preconceitos, estereótipos e discriminação que a população negra sofre, geram situações de violência física e simbólica, produzindo, assim, diversos prejuízos psíquicos que distorcem os sentimentos e as percepções que estes indivíduos possuem de si. Quando internalizam atributos negativos que lhe são imputados, o sentimento de inferioridade é instalado, podendo ser desenvolvidos comportamentos de isolamento (HOOKS, 2020).

Além disso, Silva (2004) salienta que o racismo compromete a construção da identidade dessa população, uma vez que esta se estabelece em meio a repetidas experiências que desvalorizam sua auto-imagem. Tais distorções acontecem mediante as relações interpessoais, bem como através da interiorização do eu ideal branco e padronizado.

Desse modo, de acordo com Brasil (2016), pesquisas apontam que os negros apresentam maior probabilidade ao desenvolvimento de estresse crônico e que vivenciar as manifestações do racismo se relaciona ao aparecimento de quadros depressivos, transtorno de ansiedade e estresse pós-traumático. Além disso, as manifestações do racismo estão relacionadas às taxas de suicídio entre pessoas negras, que é a terceira principal causa externa de mortes no país.

Tendo isso em vista, a instituição da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) em 2009, foi extremamente importante para que o racismo, as desigualdades étnico-raciais e o racismo institucional fossem reconhecidos como determinantes sociais e geradores de adoecimento psíquico. Esta política surge como uma estratégia para dar visibilidade a essas consequências do racismo e gerar discussões para que as políticas públicas sejam mais democratizadas e aprimoradas (WERNECK, 2016).

Portanto, segundo Werneck (2016), constata-se que o racismo atrelado às instituições atua de forma que reforça e naturaliza as configurações de preconceito e discriminação. Logo, é possível perceber tais ações à medida que se observa a indisponibilidade e redução do acesso a serviços de qualidade para a população negra, o que contribui para a perpetuação de desigualdades.

2.3 ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA E MULHER NEGRA

Considerando que a assistência psicológica tratasse de um procedimento especializado, que tem por intuito promover saúde mental em qualquer fase da vida do sujeito, Tavares e Kuratani (2019), destacam como estratégia potente para lidar com o sofrimento psíquico gerado pelo racismo, a construção de uma identidade racial, uma vez que a psicologia, enquanto assistência, pode contribuir na formação da identidade e no resgate da subjetividade da população negra.

No entanto, a psicologia clínica no Brasil, segundo Tavares e Kuratani (2019), não se constitui de conhecimentos ou estratégias desenvolvidas para o manejo clínico frente às repercussões do racismo sobre a saúde mental da população negra, visto que, a produção que aborda as relações étnico-raciais está concentrada na Psicologia Social, sendo praticamente nula a produção na área clínica, e não aparece intercâmbio entre as duas áreas (GOUVEIA E ZANELLO, 2018).

Apesar das limitações, foi possível identificar avanços no que se trata das relações raciais na clínica psicológica com a publicação das referências técnicas para atuação de psicólogas (os) com foco nas relações raciais (CFP, 2017). Estratégias estas que, contribuem para uma assistência psicológica de qualidade voltada para as questões raciais, visando à saúde mental da população negra no contexto de vulnerabilidade.

Baseando-se nessas estratégias, Tavares e Kuratani (2019) como manejo clínico diante das repercussões do racismo, abordam aspectos que devem ser considerados pelo terapeuta no atendimento a mulheres negras, como o acolhimento e estabelecimento de aliança terapêutica, identificação do racismo como origem do sofrimento psíquico e os resultados das intervenções.

Neste sentido, surgem amplas possibilidades do terapeuta reorientar as práticas clínicas destinadas à população negra feminina, adequando-se intervenções e abordagens culturalmente adequadas a estas populações, além da necessidade rever seu posicionamento social diante dos efeitos causados pelo racismo.

3 METODOLOGIA

Esse estudo foi desenvolvido com base em uma pesquisa bibliográfica com o intuito de inteirar-se sobre o tema mediante a abordagem qualitativa, que, de acordo com Minayo (2013), compreende-se como aquela que se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratada, por meio da história, das causas, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais.

Visto que o tema do estudo está voltado para a promoção à saúde mental da mulher negra em contexto de vulnerabilidade social, trata-se de um estudo de revisão narrativa de literatura, que consiste em descrever e discutir o desenvolvimento de um determinado assunto sob o ponto de vista teórico ou conceitual, o que permite compreendê-los a partir de realidades vivenciadas, bem como dos estudos científicos reunidos (ROTHER, 2017).

Dessa forma, o presente estudo é de caráter exploratório e se enquadra no âmbito do método dedutivo, que se refere à tática que parte de princípios existentes e já reconhecidos como verdadeiros para elaborar uma conclusão de maneira lógica (GIL, 2011).

Para a execução da pesquisa bibliográfica foram utilizados estudos que apresentassem em seu conteúdo assuntos sobre a saúde da mulher negra em contexto de vulnerabilidade social e as possíveis intervenções psicológicas relacionadas ao tema. Com isso, foram utilizados descritores que discutem acerca da Mulher Negra, Saúde Mental, Vulnerabilidade Social, Psicologia e Racismo.

Desse modo, foram estabelecidos como critérios de inclusão: artigos escritos em português, trabalhos encontrados nas bases de dados a partir dos descritores selecionados, estudos com publicação entre os anos de 2012 e 2022, artigos que tratam sobre a saúde da mulher negra em contexto de vulnerabilidade social. Sendo os critérios de exclusão: artigos que não tenham relação com o tema proposto, artigos em duplicidade nas bases de dados, artigos que não estejam disponíveis na íntegra.

No que se referem aos procedimentos técnicos, foi realizada a pesquisa em artigos encontrados nas bases eletrônicas como, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC) e Periódicos CAPES. A princípio, os artigos foram analisados pelo título, posteriormente pelo resumo e por último foi realizada a leitura da obra. Desse modo, para conduzir a revisão bibliográfica foram elaboradas fichas documentais para registrar pontos relevantes para o estudo, resumos dos conteúdos apresentados nas pesquisas para o alcance dos resultados e considerações finais da pesquisa.

Além disso, foram consultados sites do Conselho Federal de Psicologia (CFP), no que tange as relações raciais e a atuação da psicologia nesse contexto, bem como, cartilhas disponibilizadas na modalidade on-line pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

Para a análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo de acordo com Bardin (2011) que se divide em três polos cronológicos, a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação. A primeira fase consiste na organização, que sistematiza e organiza as ideias mediante a escolha dos documentos, elaboração dos objetivos e indicadores que orientarão a interpretação da pesquisa, além disso, é preciso estar atento se os dados estão de acordo com o tema e se os documentos estão alinhados ao conteúdo e objetivo da pesquisa.

Em seguida, é preciso explorar o material, categorizando-os para que seja possível reunir o máximo de informações mediante a uma esquematização com objetivo de ordenar os acontecimentos e facilitar esse processo de exploração. Após isso, realiza-se a análise interpretativa das informações coletadas, essa interpretação deverá ir além do conteúdo contido nos materiais de leitura, pois, é crucial que seja encontrado o sentido por trás do que foi apreendido de imediato, resultando assim na descoberta da relação entre dados obtidos e fundamentação teórica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O referente estudo buscou compreender como a psicologia se efetiva frente a saúde mental da mulher negra no contexto de vulnerabilidade social. A respectiva pesquisa identificou estudos, dos quais foram selecionados referente à assistência psicológica a mulher negra conforme indicado pela Figura 1.

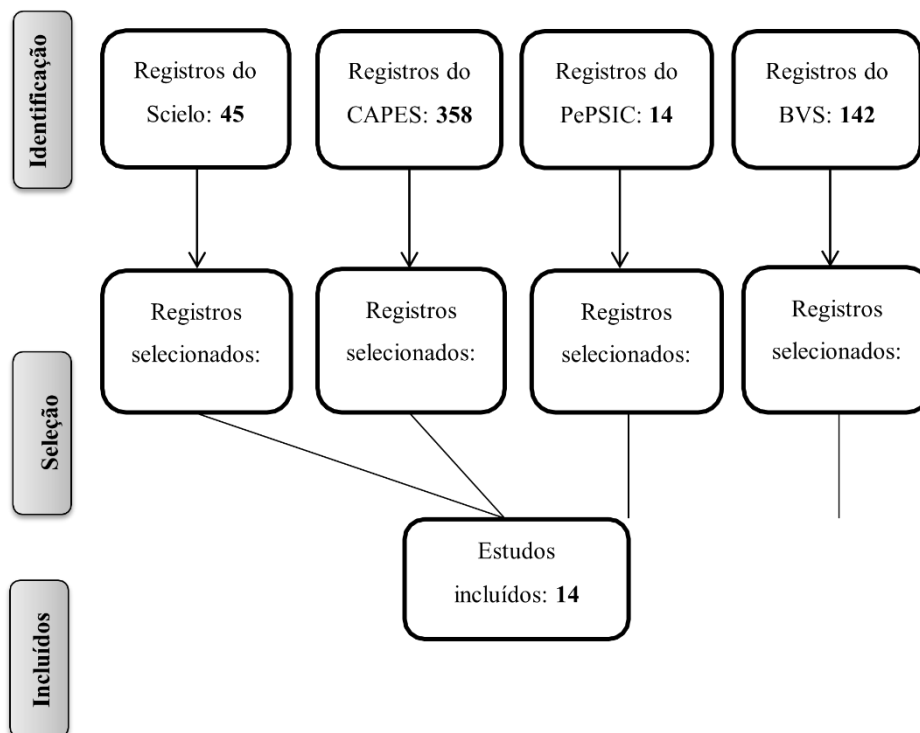
A análise dos artigos encontrados revelou que a publicação de trabalhos específicos da Psicologia acerca da vulnerabilidade social da mulher negra e a promoção de saúde mental para esse público. Dentro dos critérios estabelecidos neste estudo, necessitam de mais contribuições, uma vez que há uma quantidade significativa de artigos que abordam a vulnerabilidade social da população negra feminina, no entanto, poucos apresentam as possíveis formas de promoção à saúde mental para esse público.

Outra questão levantada mediante a análise dos artigos relaciona-se às revistas em que foram encontrados os artigos, dentre as 10 revistas encontradas, as que mais se destacaram foram Psicologia & Sociedade, Psicologia: Ciência e Profissão, Saúde e Sociedade e Estudos feministas. Observou-se que as revistas em destaque possuem como ponto em comum a preocupação com a socialização do conhecimento psicológico e com a interface entre a Psicologia e a sociedade, o que pode justificar a quantidade de artigos encontrados que exploram as vulnerabilidades da mulher negra relacionando-as às diversas manifestações do racismo tão presente na sociedade.

Desse modo, os aspectos importantes que foram identificados com mais frequência e compartilhados pela maioria dos autores em suas pesquisas, relacionam-se ao processo da construção da identidade de mulheres negras, bem como às manifestações do racismo e suas consequências na saúde da população negra feminina.

Para melhor compreensão acerca dos dados obtidos mediante à pesquisa, foram divididos tópicos que serão explorados a seguir: os impactos psicológicos sofridos pela mulher negra no contexto de vulnerabilidade social, a importância da promoção à saúde mental da mulher negra, e por fim, as possibilidades de atuação da Psicologia na assistência a mulher negra em contexto de vulnerabilidade social.

Figura 1. Fluxograma de identificação e seleção do estudo



4.1 Impactos psicológicos sofridos pela mulher negra no contexto de vulnerabilidade social

Durante a consulta aos estudos selecionados, foram encontrados 6 artigos que apresentaram as consequências da discriminação racial na saúde mental da mulher negra, e esses artigos concordam com Damasceno e Zanello (2018) onde afirmam que, a discriminação racial causa danos à saúde mental, visto que gera violências físicas e sofrimento psíquico. Assim, foi possível perceber que, os fatores que inferiorizam a população negra feminina, são os responsáveis pelos impactos causadores de adoecimento.

No entanto, esses estudos apresentam de forma breve e rasa algumas consequências que o contexto de vulnerabilidade social ocasiona à saúde psicológica dessa população, mesmo diante da importância de abordar com mais profundidade o tema. De acordo com Damasceno e Zanello (2018), a identidade da mulher negra se desenvolve em meio a essas vulnerabilidades e a sua subjetividade é fortemente influenciada por elas, pois o branco supostamente superior seria um modelo ideal a ser seguido.

Em relação a isso, Pinto (2014) reforça que em alguma fase da vida, é comum as mulheres negras se submeterem a crenças e valores da cultura dominante branca, inclusive podem passar a internalizar a ideia de que “ser negro é errado”. A partir disso nota-se que a internalização desses estereótipos, colabora para o surgimento de sofrimento psíquico, pois faz com que a população negra feminina esteja em conflito com a sua própria identidade e permaneçam alienadas às determinações históricas que as excluem em um subgrupo.

Diante disso, observou-se que o racismo apareceu na maioria dos artigos consultados, como um dos fatores que afetam diretamente a saúde mental de mulheres negras no Brasil, com isso, quando se trata da subjetividade da população negra, Veiga (2019, p. 246) aponta que:

A saída forçada da África e a vida num país antinegro são elementos que se entrecruzam na produção da subjetividade negra. Chamo de “efeito diáspora” a sensação de não se sentir pertencente ao ambiente onde se vive a dificuldade de ser genuinamente acolhido e incluído nas dinâmicas sociais numa posição equânime com os demais membros da sociedade e não numa posição de subalternidade.

Dessa forma, de acordo com Zamora (2012), compreende-se que o racismo legitima as diferenças sociais a partir de supostas diferenças biológicas, pois consiste na ideia de que algumas raças são inferiores a outras. Seguindo essa afirmação, o Conselho Federal de Psicologia (2017, p.15) complementa que:

o racismo (e o sexismo) se expressa em diversas situações, seja na possibilidade de estudar, de trabalhar ou não, de ter um lugar digno para

morar, na possibilidade de casar-se, entre outras, concluindo assim que todos esses cenários geram sofrimento psíquico e dificulta a mobilidade social.

Com isso, 2 artigos apresentaram em seu conteúdo a repercussão do racismo de acordo com a variável de gênero. Nos estudos que apresentam as micro agressões raciais de gênero, Martins, Lima e Santos (2020) apontaram que a maior porcentagem de morte devido às questões raciais, inclui a população negra feminina. Os autores ainda trazem que, segundo o Ministério da Saúde, as mulheres negras têm como causas de óbitos, homicídio, suicídio e morte mal definida, mais comum que em homens e em mulheres brancas.

Em relação aos impactos psicológicos que a mulher negra sofre, o estresse foi um dos elementos mais abordados nos estudos consultados para a pesquisa, tendo o racismo como fator criador e mantenedor de estressores no contexto das relações raciais. Além disso, 2 dos artigos consultados trazem que mulheres negras estão mais propensas a desenvolver depressão e ansiedade, relacionando este dado à situação de extrema pobreza vivenciada pela maioria dessa população.

Nesse sentido, Pinto (2014) elucida que as relações sociais no Brasil são atravessadas pelo racismo, logo, trazem como herança esses significados que colocam o negro como representante de um subgrupo marcado por atributos negativos, dificultando o processo de construção de uma identidade afirmada de maneira positiva, o que pode justificar a grande propensão de mulheres negras estarem expostas a situações que geram maior estresse, bem como ao desenvolvimento de depressão e ansiedade.

Ainda em relação a isso, 4 artigos selecionados durante o processo de busca, apresentaram que o sofrimento da mulher negra também relaciona-se à exclusão oriunda da discriminação racial, e pode estar relacionado a duas variáveis. Uma consiste na condição econômica-social e a outra seria consequência da primeira e estaria relacionada ao sentimento de inferioridade que é transmitido de geração em geração, e que de acordo com Patriarca (2020) é sentido pela população negra como uma dor de não existir, o que contribui para que essas pessoas se engajem menos em políticas voltadas para melhorar suas condições sociais, o que alimenta ainda mais o ciclo gerado pelo racismo e suas repercussões.

Outra questão bastante observada durante a pesquisa consistiu na baixa quantidade de materiais que exploram o tema dos impactos psicológicos sofridos pela mulher negra no País, mesmo diante da importância do assunto, ainda faltam mais estudos que contribuam para o entendimento dele. Dessa forma, de acordo com Gouveia (2019) tal fato pode estar relacionado à constituição da Psicologia como área de estudo no Brasil que teve influência de teorias eugênicas e do evolucionismo social, estas contribuíram para que os brancos fossem o foco da pesquisa.

Sacco (2016) ainda traz que, a elitização da Psicologia no Brasil teria influenciado na demora de pesquisas voltadas para a saúde mental da população negra, pois tais pesquisas passaram a ser desenvolvidas no país mediante o surgimento da Psicologia social e/ou comunitária e de grupos com membros ativistas negros que objetivavam apresentar e estudar a realidade dessa população, que é maioria no Brasil, para que assim fosse possível desenvolver ações que verdadeiramente auxiliassem esse público.

Portanto, observou-se que em relação aos impactos psicológicos sofridos pela mulher negra em contexto de vulnerabilidade social ainda faltam estudos que apresentem essa temática de forma mais abrangente, pois se trata de uma reflexão que não se esgota devido às diversas nuances que podem ser exploradas.

4.2 Importância da promoção à saúde mental da mulher negra

Mediante ao exposto anteriormente, é importante ressaltar que um dos aspectos essenciais que prejudica e desafia o desenvolvimento de trabalhos voltados para a saúde mental da população negra feminina, consiste na injustiça social que, de acordo com Pinto (2014), configura-se na falta de dinheiro, na insegurança e na violência instauradas no cotidiano desse público.

Com isso, observou-se que 4 artigos selecionados mediante o processo de análise desse estudo, levantaram dados oficiais sobre a população negra de acordo com as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim, as informações mais apresentadas estão relacionadas à precariedade do acesso a serviços básicos, tais como, saúde e educação.

Em relação à promoção de saúde à mulher negra, 3 artigos destacaram a falta de preparo teórico e metodológico de profissionais da psicologia para atuar nesse contexto. Com isso, Gouveia (2019) traz que esse despreparo pode estar associado à falta de contato desses profissionais com disciplinas voltadas para a atuação em psicologia direcionada a população negra durante a formação universitária.

O Conselho Federal de Psicologia, através do CREPOP também enfatiza a importância do arcabouço teórico e metodológico para lidar com o atendimento às pessoas negras. Nesse sentido, Gouveia (2019) reforça que é importante desenvolver uma atuação, em Psicologia mais atenta às manifestações da discriminação e preconceito racial vivenciada por este público, visto que consiste em uma realidade específica que pode prejudicar a construção de um olhar positivo sobre si.

Em contrapartida, mesmo diante de dados que indicam um despreparo na atuação em Psicologia com mulheres negras, observou-se um aumento de conteúdos informativos voltados para a compreensão da realidade da população negra feminina desenvolvida pelo

CREPOP. Diante desse dado, foi possível constatar que grande parte dos artigos consultados para a pesquisa utilizaram informações contidas em cartilhas desenvolvidas por esse portal.

Assim, notou-se que as maiorias dos artigos consultados apresentam a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) como um grande avanço no que tange a área da saúde voltada para esse público, uma vez que, segundo Silva (2019), constatou-se que a saúde da mulher negra possui necessidades específicas.

No entanto, durante a análise dos artigos utilizados para a pesquisa, foi possível perceber uma concordância no que tange a importância de desenvolver políticas e programas direcionados ao combate as desigualdades e discriminação racial principalmente na área da saúde, visto que de acordo com Silva (2019), por vezes, a oferta desse serviço acontece de forma precária e há dados agrupados pelo Ministério da Saúde através da PNSIPN, que comprovam uma diferença significativa no tratamento dos funcionários desse serviço para com mulheres negras e mulheres brancas, o que mais uma vez evidencia o quanto o racismo atravessa a vida da população negra feminina em todas as suas nuances.

Além disso, notou-se poucas pesquisas que trazem ações com ênfase na saúde mental de mulheres negras, a maioria dos artigos analisados apresentam os dados relacionados a saúde física dessas mulheres, bem como os índices de mortalidade e uso do serviço de saúde ofertado pelo Estado.

Dessa forma, apenas 1 artigo trouxe em seu conteúdo entrevistas com mulheres negras relacionadas ao atendimento psicoterapêutico, bem como o ponto de vista dessas mulheres com relação ao acolhimento psicológico na comunidade. Nesse sentido, de acordo com Gouveia (2019), notou-se que dentre as queixas das mulheres negras referentes ao atendimento psicológico a mais frequente relaciona-se ao temor de não ser entendida por uma terapeuta branca, bem como foi destacada a falta de formação em questões raciais específicas como um fator que limitava a eficácia da psicoterapia.

Contudo, as mulheres entrevistadas nesse artigo reforçaram a importância de compartilhar suas demandas no processo terapêutico, mesmo diante desses fatores que, de certa forma, podem prejudicar a compreensão acerca de demandas totalmente influenciadas pelas manifestações da discriminação e preconceito racial.

4.3 Possibilidades de atuação da Psicologia na assistência a mulher negra em contextode vulnerabilidade social

Autores como Damasceno e Zanello (2018) por meio de pesquisas de campo, destacaram que, considerando que maior porcentagem da população seja negra, e esta população encontra-se em um nível elevado de vulnerabilidade, adoecimento ligado ao racismo, violência e opressão, poucas pesquisas têm embasamento no que tange a saúde mental desta população. Afirmam então por meio de pesquisas que o sistema público de

saúde, mesmo tendo conhecimento da existência do racismo e de que o serviço público é utilizado na sua maioria pela população negra, o racismo não consta como causa da procura por atendimento.

Levando em conta todo esse processo de apagamento identitário, compreende-se que a psicologia tem um papel essencial no resgate da subjetividade da população negra feminina, tanto na promoção de saúde destas, como no combate às desigualdades. Conforme Costa (2015), a psicologia é considerada uma das áreas mais importantes do conhecimento que permite a compreensão dos processos humanos que são subjetivos, socioculturais, histórico-políticos e, construídos socialmente.

No entanto, de acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2017, p. 76), historicamente a Psicologia não dava tanta importância às variáveis etnoraciais, posicionando-se como cúmplice do racismo, validando cientificamente estereótipos infundados por meio de teorias eurocêntricas discriminatórias. Dessa forma, somente a partir dos anos 2000 sob influência dos resultados do Movimento Negro, representado principalmente por psicólogas negras, que houve um aumento no engajamento dessas profissionais frente às questões referentes às relações raciais e ao combate das discriminações raciais.

Desse modo, de acordo com a análise das pesquisas, foi possível perceber a escassez de conhecimento teórico para a atuação da (o) psicóloga (o) com a atenção voltada às relações raciais, desde o meio acadêmico, aos atendimentos clínicos. Neste sentido, Tavares e Kuratani (2019, p. 1) em seu estudo sobre atendimento clínico para mulheres que se “tornaram” negras, afirmam que:

No Brasil, não há produção sistemática de conhecimentos, métodos ou estratégias para o manejo clínico das repercussões do racismo sobre a saúde mental da população negra. Esta é uma lacuna teórica e prática relevante, pois, quando o terapeuta não reconhece o racismo como produtor de iniquidades sociais, preconceito e discriminação contribuem para aumento de sofrimento psíquico de seu paciente negro e para a manutenção das desigualdades raciais.

Com isso, Souza e Da Silva (2021) apontam que é extremamente relevante para uma boa qualidade no atendimento à população negra, seja reconhecida e abordada no âmbito acadêmico, à elaboração de estratégias que tem por intento o combate à discriminação racial e a promoção de saúde mental dessa população. Para isso, o CFP (2017) apresenta possibilidades e estratégias que podem contribuir para que o profissional de Psicologia possa atuar de forma efetiva nas questões referentes às relações raciais, nos serviços de atendimento ao público.

Percebeu-se então, que para o combate à discriminação institucional, segundo o CFP (2017), faz-se necessário o trabalho interdisciplinar da psicologia juntamente com as demais áreas que fornecem serviço a comunidade, seja de pequenas ou grandes empresas, rede pública ou privada, que indiretamente inviabilizam o atendimento de pessoas negras. Orienta então, o levantamento de práticas da organização com a comunidade, parceiros, bem como a investigação a respeito do perfil da clientela, dos fornecedores, dos prestadores de serviços em geral (CFP, 2017). Diante disso, O CFP (2017, p. 115) acrescenta ainda que:

Cabe identificar as ações já desenvolvidas pelos serviços e que podem evidenciar as desigualdades raciais. Para tanto, é crucial, por exemplo, que o quesito cor esteja presente nos formulários, fichas cadastrais das (os) usuárias (os), de modo a poder visualizar o perfil da população atendida, bem como a forma com que as ações alcançam os diferentes grupos raciais. Tal como a variável renda, sexo e idade, a raça/cor é também de grande relevância ao conhecimento do perfil da (o) usuária (o) atendida (o) e suas especificidades, e é elemento essencial ao reconhecimento das desigualdades.

Os autores Tavares e Kuratani (2019) enfatizam a necessidade dos terapeutas brasileiros em refletir sobre seus privilégios raciais e como influenciam ou não para a existência e manutenção da violência racial, para então cuidar de grupos raciais hegemônicos, além de desenvolver abordagens adequadas que visem à saúde mental desta população.

Diante disso, é de extrema relevância que a Psicologia tenha voz e se posicione no enfrentamento do racismo, com teorias e práticas em prol da igualdade racial e saúde psíquica de brasileiros (as) das diversas configurações raciais (CFP, 2017). Segundo Tavares, Oliveira e Lages (2013), o profissional de psicologia responsabiliza-se diretamente com sujeitos e coletivos que sofrem inúmeros e diferentes tipos de opressão, preconceitos e discriminação, fatores que afetam gravemente a saúde mental e física dessa população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender como a assistência na promoção a saúde mental da mulher negra, e agregando aos impactos psicológicos sofridos por essa população. Diante disso, a pesquisa objetivou compreender como a assistência psicológica auxilia na promoção à saúde mental da mulher negra em contexto de vulnerabilidade social, tendo como justificativa, fomentar discussões acerca do tema objetivando reunir informações que gerem identificação, representatividade e visibilidade para a saúde mental da população negra feminina.

Constatou-se que o acolhimento da (o) psicóloga (o) diante desse fenômeno seria indispensável, pois é uma área que possui um conhecimento e uma visão holística, contribuindo para a garantia dos direitos da população negra, além de promover saúde mental, uma vez que, a discriminação racial parte de um processo maior, com base na origem

escravocrata, o corpo negro está sujeito a vários tipos de hostilidade no cotidiano, que partem tanto de comentários, olhares e constrangimento a agressão física.

Contudo, foi possível perceber que a produção de periódicos acadêmicos que tem relação com o tema, apresenta-se em um número reduzido, o que possivelmente pode interferir no reconhecimento e na qualidade dos atendimentos frente à discriminação racial direcionada a mulher negra no contexto de vulnerabilidade social. Desse modo, torna-se essencial que cada vez mais o campo da saúde mental aborde as questões raciais, tendo como base os processos sociais que se fazem presente nesse contexto.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. V. **O Movimento da Mulher Negra Brasileira: História Tendência e Dilemas Contemporâneos**. Geledés, 2015, v. 1.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. 3 ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017.
- BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. Temático Saúde da População Negra**. Painel de Indicadores do SUS; v. 7, n. 10. Ministério da Saúde, Brasília, 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016.
- BRASIL. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988.
- BRASIL. **Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 12 de setembro de 2021.
- CABECINHAS, R. **Preto e Branco: a naturalização e discriminação racial**. Ed. 1. Campodas Letras, 2007.
- CHEHUEN N. J. A. Et al. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: implementação, conhecimento e aspectos socioeconômicos sob a perspectiva desse segmento populacional. **Ciência & Saúde Coletiva (Online)**. V. 20, 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017.
- COSTA, E. S. Racismo como metaenquadre. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 62, pág. 146-163, dezembro, 2015.
- CUSTÓDIO, M. S. Mulher Negra: da inserção na história a inserção na propaganda. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 5, 2005.
- DANIN, R. A. A construção do Racismo Institucional Sistêmico e seu Reflexo na Segurança Pública Brasileira. **Revista direitos, trabalho e política social**, Cuiabá, v.4, 2018.
- DAMASCENO, M. G; ZANELLO, V. M. L.. Saúde Mental e Racismo Contra Negros:

Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v.38, n. 3, pág. 450-464, setembro, 2018.

DAVID, L. O. Feminismo negro em Criciúma. Trabalho de Conclusão de Curso;(Graduação em direito) - **Universidade do Extremo Sul Catarinense**, 2018.

FIORATI, R. C.; ARCÊNCIO, R. A.; SOUZA, L. B. As iniquidades sociais e o acesso à saúde: desafios para a sociedade, desafios para a enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, São Paulo, 2016.

FRANÇA, A. M. B., SILVA, J. M. O. Mulheres em Situação de Vulnerabilidade: um olhar à luz da fenomenologia social. **Rev. Enfermagem UFPE online**, Recife, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo : Atlas, 2008.

GOUVEIA, M.; ZANELLO, V. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicologia em Estudo [online]**. 2019.

GOUVEIA, M.; ZANELLO, V. Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 38 (3), 1-15, 2018.

HOOKS, B. **“E eu não sou uma mulher?”: Mulheres negras e feminismo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LAGES, S. R. C. Et al. Pesquisas em Psicologia Social no Campo da Saúde da População Negra no Brasil. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, 2014.

LOPES, F.; WERNECK, J. Saúde da população negra: da conceituação às políticas públicas de direito. In: WERNECK, J. (Org.). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Criola e Fundação Heinrich Böll, Rio de Janeiro 2010.

MARTINS, T. V.; LIMA, T. J. S.; SANTOS, W. S. O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, 2020.

MAIORGA, C. Algumas reflexões sobre raça e racismo no Brasil. **Pesquisas e Práticas Psicossociais [online]**, n.4, vol.12, 2017.

MIRANDA, R.O.; APOLINAIRE, P.J.J. A saúde mental e fatores de risco relevantes. **Rev. Cubana Gen. Med. Integr.** V 19, Nº.4, p.1, 2006.

OLIVEIRA, M. L. P., MENEGHEL, S. N. e BERNARDES, J. S. Modos de subjetivação

demulheres negras: efeitos da discriminação racial. **Psicologia & Sociedade**; v. 21, 2009.

OLIVEIRA, F. **Oficinas mulher negra e saúde**. Belo Horizonte: Mazza, 1998.

PAIM, A. S., PEREIRA, M. E. Aparência física, estereótipos e discriminação racial. **Ciências & Cognição**, v. 16 (1), 2011.

PINTO, M. C. C; FERREIRA, R. F. Relações Raciais no Brasil e a Construção da Identidade da Pessoa Negra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. São João Del. Rei, 2014.

RESENDE, L. C. A Psicologia como ciência e ação no enfrentamento ao racismo. **UFMG**, Belo Horizonte, 2019.

ROTHER E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. Enferm.**, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SACCO, A. M., DE PAULA C. M. C. P., KOLLER, S. H. Revisão Sistemática de Estudos da Psicologia Brasileira sobre Preconceito Racial. **Temas em Psicologia**, 2016, vol. 24.

SANTOS, S. B. **A área de saúde da mulher negra: considerações sobre racismo institucional**. In: Cadernos do Lepaarq, 2019, v. XVI.

SILVA, M. L. Racismo e os efeitos na saúde mental. **I Seminário Saúde da População Negra**. Programa de Atenção à Saúde da População Negra da Universidade Federal da Bahia. 2004.

SILVA, S. K. V; SOUZA, A. B. **A Identidade na Atualidade da Mulher Negra no Brasil**. Paraná, 2017.

SILVA, F. Et al. A Saúde da Mulher Negra em foco: Análise da Produção Científica na BDTD. **XX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação** – ENANCIB. Florianópolis – SC, 2019.

SOUZA, A. N; DA SILVA, L. M. F. Impactos do Racismo na Saúde Mental da População Negra Brasileira. **Revista Psicoatualidades**, Belém do São Francisco-PE, v.1, n.1, 2021.

TAVARES, J. S. C; KURATANI, S. M. de A.. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v.39, 2019.

TAVARES, N. O; OLIVEIRA, L. V; LAGES, S. R. C. A percepção dos psicólogos sobre o

racismo institucional na saúde pública. **Saúde debate**. Rio de Janeiro, v. 37, Dezembro, 2013.

VEIGA, L. M. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal, Rev.Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 244-248, dezembro de 2019.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde soc.**, São Paulo,v.25, n. 3, 2016.

WESCHENFELDER, V. I; FABRIS, E. T. H. “Tornar-se mulher negra: escrita de si em um espaço interseccional”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, 2019.

ZAMORA, M. H. R. N. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. *Fractal, Rev. Psicol.*, Riode Janeiro, v. 24, n. 3, pág. 563-578, dezembro de 2012.